

A absorção da agricultura no modo de produção capitalista*

Claude Servolin

1 — UMA CONCENTRAÇÃO “IRREVERSÍVEL”

Desde o momento em que colocamos a questão da estrutura de classes do mundo agrícola, todas as respostas que lhe foram dadas levam evidentemente ao problema do destino econômico da agricultura na sociedade capitalista.

Desde logo, não restou dúvida para nenhum economista que a pequena produção individual, nascida da dissolução do modo de produção feudal, seria, cada vez mais, vítima de uma concentração capitalista. É testemunho disto a declaração muito conhecida de Quesnay segundo a qual “as terras uti-

lizadas para a cultura de grãos fossem reunidas, tanto quanto possível, em grandes fazendas exploradas por fazendeiros ricos, porque há menos despesas com a manutenção e reparo de instalações e, em proporção, muito menos gastos e muito mais produto líquido nas grandes explorações que nas pequenas”.

Foi Marx que estabeleceu o conceito de uma grande agricultura capitalista baseada sobre a concentração da exploração nas mãos dos empresários capitalistas, fazendo trabalhar como assalariados os antigos pequenos produtores expropriados, enquanto o proprietário fundiário “destituído do seu papel de organizador e controlador do processo de produção e de todo

* Transcrito de *Cahiers de la Fondation Nationale des Sciences Politiques*, 184; Fondation Nationale de Sciences Politiques (Paris).

Tradução de Sylvia Heller do CEDIT/DEDIT/DIRED.

o processo da vida social” não seria mais do que um “arrendador de terra”, um “usuário agrário” e um simples “coletor de renda”¹.

“Ela (a expropriação dos camponeses) não foi ainda totalmente consumada, a não ser na Inglaterra... Mas todos os outros países da Europa Ocidental caminham nessa direção”².

Na verdade, para ele a agricultura em parcelas constitui um “momento necessário” do desenvolvimento da agricultura, mas ela é incapaz de enfrentar a concorrência da grande agricultura capitalista, porque “exclui pela sua própria natureza o desenvolvimento das forças produtivas sociais do trabalho, o estabelecimento de formas sociais do trabalho, a concentração social dos capitais, pecuária em grande escala, a aplicação progressiva da ciência à cultura”³.

Em sua carta ao Partido Socialista Francês, sobre a questão agrária, Engels foi ainda mais claro. Para ele, a agricultura capitalista do futuro já estava constituída sob a forma de grandes domínios prussianos que são para a agricultura o que o Sr. Krupp é para a indústria⁴. No programa do Partido Socialista Francês, ele já censura o fato de mostrarem uma complacência oportunista em relação ao pequeno campesinato

individual. Não estava longe a época que Augé-Laribé poderia dizer:

“O socialismo agrário aparece como a exploração eleitoral de uma situação econômica confusa”⁵.

De fato, no movimento socialista as inquietudes apareciam cada vez mais claramente, às quais Kautsky tentou responder publicando, em 1890, *A Questão Agrária*.

“A social-democracia”, escreveu ele um pouco ingenuamente, “esperava que a luta entre a pequena e a grande produção conduzisse à supressão da primeira, de maneira que seria uma tarefa fácil ganhar com o partido puramente proletário, a massa da população agrícola”⁶. Ora, deve-se constatar que nada disto se deu: a grande exploração, longe de progredir, regride ligeiramente. A tentação de escrever como Werner Sombart é grande: “Aqui se encontram os limites do sistema de Marx; tanto quanto eu posso julgá-los, as deduções de Marx não podem ser transpostas literalmente para agricultura”⁷.

Kautsky, em sua introdução, afirmava muito razoavelmente que, para abordar o problema, “não se deve somente saber se a pequena produção tem algum futuro na agricultura. Deve-se pesquisar se, e como, o capital se apodera da agricultura, a revoluciona, abala as velhas formas de produção e de

¹ *Le Capital* — livro III, tomo 3, Edition Sociales, 1955, p. 257. Nota-se que Marx auncia aqui a decadência do “grande fundiário”, cujos domínios são divididos em pequenas explorações concedidas a arrendatários ou meeiros, e que retira o essencial da sua renda da renda fundiária. Essa forma de grande propriedade efetivamente perdeu, pouco a pouco, sua importância ao longo dos cem últimos anos, ainda que subsistam vestígios hoje em dia. Na França, ela modelou profundamente a agricultura do Oeste e do Centro (Charollais).

² Citado pelo próprio Marx, em carta a Vera Zassonlitch, *Sur les sociétés précapitalistes*, Paris, Editions Sociales, 1970, p. 341.

³ *Le Capital* — livro III, tomo 3, *op. cit.*, pág. 186.

⁴ Engels — *La question agraire en France et en Allemagne*, Paris, Editions Sociales, 1956, p. 29.

⁵ Augé-Laribé — *Evolution de la France agricole*, Paris, A. Collin, 1912.

⁶ Kautsky — *La question agraire*, Glard et Brière, 1900.

⁷ Citado por Kautsky, *op. cit.* p. 4.

propriedade, e cria a necessidade de formas novas”⁸.

Apesar desta declaração muito prometedoras e que poderemos retomar plenamente, não se conseguirá sair verdadeiramente do impasse teórico a que se chegou por fidelidade excessiva, as palavras do texto de Marx. Seu livro começa com uma reafirmação de superioridade da grande produção. Ele se esforça então por mostrar que o sistema capitalista, ainda que conduzindo, de um lado, a concentração das explorações, coloca por outro lado, obstáculos a essa concentração, essencialmente pela apropriação privada da terra⁹. Além disso, a grande produção se desenvolvendo em detrimento da pequena, expulsa a população rural e se priva da mão-de-obra abundante e barata de que necessita¹⁰. Assim, à medida em que ela se desenvolve, torna cada vez mais difícil dar continuidade ao seu próprio progresso.

Mas, por outro lado, a pequena produção sofre o efeito destruidor do sistema. Desde que a pequena produção sai de modo notável da economia de pura subsistência, e que os “encargos em dinheiro pesam sobre ela”¹¹, se transforma na presa do capital usurário que acabará expropriando o camponês de sua terra e fará dele um proletário. Mas, mesmo onde subsiste a pequena produção, isto não se passa em virtude de uma produtividade superior: é que ela deixou de ser concorrente da grande produção e passou a ser útil àquela como re-

servatório de mão-de-obra¹². Assim, concluiu ele a grande e a pequena exploração coexistem porque elas se “sustentam mutuamente”.

Em seu último capítulo, Kautsky apresenta um grande número de observações extremamente interessantes sobre o papel crescente das indústrias agrícolas e alimentícias¹³. Ele lhes atribui um efeito de “proletarização” dos pequenos camponeses, mas este termo é entendido no sentido de empobrecimento e de perda de liberdade, de sujeição aos interesses dos industriais, e não de mudança nas relações de produção¹⁴.

Em síntese, para ele, a tendência do sistema é exatamente a concentração da produção, ainda que ela seja dificultada e retardada. Todos os fenômenos que parecem provar o contrário, declara ele “não provam a falsidade do “dogma” marxista; provam simplesmente que a pequena exploração, em sua decadência, segue um processo muito complicado onde as tendências contrárias se entrecruzam, apenas o perturbando e o retardando, parecendo assim modificá-lo no sentido oposto, mas que, na verdade, não podem detê-lo”¹⁵.

Os marxistas não eram os únicos a se admirar da dificuldade que a pequena produção colocava em desaparecer diante da grande. Esta anomalia chocava da mesma forma os adeptos da “mística do progresso”. Até recentemente, todo manual de economia rural trazia uma contribuição ao debate.

⁸ *Ibid.*, p. 6.

⁹ *Ibid.*, p. 216.

¹⁰ *Ibid.*, p. 236 e continuação.

¹¹ *Ibid.*, p. 15.

¹² Esta observação pode ser aplicada hoje a certas zonas de grande produção na França.

¹³ Kautsky — *op. cit.* p. 423. Ele cita como exemplo (Já/) o desenvolvimento da Nestlé...

¹⁴ *Ibid.* Kautsky diz que o pequeno agricultor torna-se o “servo da fábrica”. A escolha desse termo indica bem que ele não se refere a uma “proletarização”, no sentido rigoroso do termo.

¹⁵ Kautsky — *op. cit.*, p. 215.

2 — ...E SEM CESSAR “ATRASADA”

A tese da superioridade da grande produção sobre a pequena e a conceituação que Marx havia produzido chocavam-se, desde logo, com uma primeira dificuldade ligada à propriedade privada da terra, em particular o obstáculo quase invencível que esta opõe à separação da propriedade e da exploração e à concentração dessas explorações em empresas capitalistas¹⁶.

Além do mais, ela deveria ser posta à prova pela “aplicação progressiva da ciência à cultura” e a evolução dos processos de trabalho agrícola que tomaram um rumo particular diferente do que se podia observar nos ramos de atividade industrial.

A mecanização, que devia particularmente servir à grande produção, apresentou durante muito tempo resultados custosos e decepcionantes até a generalização do motor a explosão, entre as duas Guerras. Até então, a única máquina apta a funcionar, a debulhadeira a vapor, podia ser aproveitada tanto na pequena como na grande exploração.

Em compensação, os progressos técnicos mais importantes realizados na mesma época (fim do século XIX) fertilização e correção, melhoramentos dos conhecimentos biológicos, podiam ser úteis tanto na pequena quanto na grande produção. Poder-se-ia mesmo dizer que a pequena produção deles poderia tirar maiores vantagens: sua operacionalização complicada e incerta, podia ser particularmente

bem assegurada graças ao trabalho artesanal do pequeno camponês.

Na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento do modo de produção capitalista e o progresso técnico que o acompanha conduzirão, não ao triunfo da grande produção capitalista de tipo antigo, mas a uma intensificação geral da produção agrícola que se fará principalmente pelo aperfeiçoamento da pequena produção, dita de policultura-criação¹⁷.

Desde então, as regras da competição entre a pequena e a grande produção se modificaram inteiramente.

Por um lado, a grande produção capitalista não alcança o estágio mecanizado e industrial que permite à empresa capitalista atingir sua forma mais completa e mais eficaz, e ultrapassar os modos de produção anteriores.

Ela se esforça por organizar em manufatura a operacionalização das técnicas de produção até então artesanais. Mas ela não tira senão pouca vantagem de sua forma manufatureira, porque as características particulares do trabalho agrícola não permite senão a um fraco grau, a cooperação complexa e a divisão do trabalho. Por outro lado, está submetida aos critérios de rentabilidade da empresa capitalista e não pode então, sobreviver a menos que assegure uma determinada taxa de lucro ao capitalista. Esta taxa de lucro é obtida essencialmente pela exploração racional de um grande número de operários temporários sub-remunerados, provenientes, num primeiro período, das regiões agrícolas superpovoadas do Oeste, e mais tarde, dos campos po-

¹⁶ Não se trata aqui do problema da propriedade da terra e da renda fundiária na obra de Marx. Ver a propósito o excelente estudo de *Sur l'articulation des modes de production*. Problèmes de planification socialiste. Cahiers 13 e 14. Paris. Centre d'études de planification. Ecole pratique des hautes études, 1971.

¹⁷ Ver a propósito GERVAIS, M. e SERVOLIN, Claude — “Réflexions sur l'évolution de l'agriculture dans les pays développés. Cahiers de l'ISEA, série Ag. 3 n.º 143, novembro 1963, p. 97 a 122. GERVAIS, M. e SERVOLIN, Claude. WEIL, J. — *Une France sans paysans*, Paris, Seuil, 1965.

bres da Polônia, Itália, Espanha, etc.

O pequeno produtor individual estava apto a por em prática as técnicas intensivas que se encaixavam perfeitamente no quadro de sua organização de produção. Enquanto pequeno produtor mercantil, ele assegurava por meio de seu trabalho direto uma boa parte da subsistência de sua família. Ao comercializar sua produção, ele só procurava remunerar seu trabalho, sem se preocupar com a renda ou com a taxa de lucro. Aliás, não havia senão pouco capital constante a ariscar, visto que se esforçava em produzir ele próprio o essencial de seus meios de produção (forragem, por exemplo) ¹⁸ e empregava pouca mão-de-obra assalariada.

Ele estava, portanto, muito bem preparado para enfrentar as crises agrícolas e a concorrência da exploração capitalista, visto que esta última era muito mais vulnerável no plano econômico, sem que por isso levasse vantagem no plano técnico: ele devia efetivamente, pelos mesmos métodos, produzir as mesmas coisas que a pequena produção comercial, produzir com ele o grande número de produtos animais e vegetais diversificados complementares, necessário ao equilíbrio do sistema de policultura-criação ¹⁹.

Na verdade, a manutenção da pequena produção comercial nas sociedades capitalistas da Europa Ocidental se explica claramente pela situação de conjunto em que se encontravam durante a última metade do século XIX. O caso da França nos parece particularmente ilustrativo.

Como observava Augé-Laribé, as contravam, por volta de 1880, em classes dirigentes francesas se em um momento de opção. De um lado, com efeito, a "superioridade técnica da produção em grande escala não era suficientemente incontestável para vencer a resistência tenaz que as pequenas propriedades agrícolas opunham à concentração". Por outro lado "no momento em que as idéias democráticas, que aliás já se iam tornando socialistas, começavam a circular até mesmo nas aldeias, era sábio, prudente e hábil reunir os proprietários de todos os tipos num grupo coerente e manter a propriedade individual como um princípio intangível, divino para os homens de direita, revolucionário para os radicais" ²⁰.

A grande produção tinha declinado. Ela não atraía mais os capitalistas. Por outro lado, sua generalização teria representado um grande perigo político. A escolha da política melinista (ver nota da tradutora) de proteção da pequena produção pelos poderes públicos, o contrato de amparo mútuo feito entre as classes dirigentes e o pequeno campesinato eram perfeitamente lógicos.

É preciso notar ainda que o protecionismo agrícola absoluto praticado pela França, salvou ali a grande produção, porque era sobretudo esta que estava seriamente ameaçada pela concorrência dos cereais americanos. As pequenas explorações, ao contrário, puderam, como na Holanda ou na Dinamarca, aprimorar sua especialização em criação altamente intensiva.

¹⁸ É o resultado que a habilidade dos conselheiros de gestão se esforçava em obter, até uma época muito recente. Estes conselheiros tinham consciência do caráter de Pequena Produção Mercantil (PPM) dos exploradores agrícolas, mesmo se lhes aplicassem os critérios contábeis "clássicos" eles se espantavam de ver as explorações que eles tinham declarado "falidas", continuarem normalmente suas atividades.

¹⁹ GERVAIS, M., SERVOLIN, Claude, WEIL, J. — *Une France sans payans, op. cit.*, cap. 2.

²⁰ Augé-Laribé — *La politiques agricole de la France de 1880 à 1940*, Paris, Presses Universitaires de France, 1950, pág. 87.

Nota da tradutora: Georges Méline — Ministro da Agricultura (1883-1885) e (1915-1916).

3 — O PROGRESSO DA GRANDE PRODUÇÃO

Ao se considerar o problema, das razões pelas quais o capitalismo, nas formações sociais em que domina, tem a tendência a dissolver os outros modos de produção em vez de “reestruturá-los” para conservá-los a seu serviço, Bettelheim sugere que sejam pesquisados, por um lado, no desenvolvimento muito rápido das forças produtivas, onde o capitalismo é dominante, e por outro lado, na influência que exercem os níveis políticos e ideológicos ²¹.

Nós pensamos que a recíproca desta proposição se aplica muito bem à agricultura dos países ocidentais entre 1880 e 1950: a estagnação das forças produtivas de uma parte, a influência do político e do ideológico de outra, contrabalançaram a tendência à dissolução da pequena produção agrícola mercantil.

Desde então, começa na Europa Ocidental, sob a égide de uma política agrícola protecionista, um longo período de coexistência da agricultura capitalista e da agricultura de pequena produção comercial. A França tinha uma agricultura capitalista considerável ²², que irá subsistir e até mesmo se reforçar, apesar das dificuldades econômicas e das crises. É preciso notar que os agricultores capitalistas souberam, dentro do quadro do regime parlamentar da Terceira República, conquistar uma influência política considerável que lhes foi muito útil para obter dos governos uma proteção cuidadosa de seus interesses, tendo persuadido todo mundo, inclusive o conjunto dos camponeses, de que seus interesses se confundiam com os de todo o campesinato e de toda a nação.

Desde o fim da Primeira Guerra Mundial, a grande produção saiu da estagnação e teve um notável impulso. As comunidades rurais tinham sido desorganizadas e mesmo destruídas numa grande parte da França. Nessas regiões (cf. região de Soissons), a reconstrução agrícola se fez sob a forma de grandes explorações. De um lado, uma indústria de máquinas agrícolas se desenvolvia graças aos progressos decisivos do motor a gasolina e, por outro lado, a um mercado considerável aberto em função das perdas militares que tornavam escassa a mão-de-obra.

As explorações capitalistas iam enfim encontrar o equipamento mecânico adaptado às suas necessidades. Mas a mecanização foi lenta. Ela foi freitada pela conjuntura desfavorável que sobreveio à crise de 1929, mas isto não é o principal. Na verdade, a técnica continuava rudimentar, muito pouco intensiva e, sobretudo, só dizia respeito a uma parte das operações do processo de produção: as operações muito importantes de capina, e de colheita, deviam sempre ser feitas a mão; a exploração devia dispor, portanto, de numerosos grupos de diaristas. Ela devia, para seu equilíbrio técnico e econômico, conservar seus grandes estábulos para criação leiteira e de corte. Por suas técnicas, pela estrutura da mão-de-obra, pelas necessidades de sua gestão, ela continuava ainda próxima de sua antiga característica.

Somente depois da Segunda Guerra Mundial é que foram reunidas todas as condições técnicas que permitiam um aumento ma-

²¹ BETTELHEIM, C. — “Remarques théoriques”, in A. Emmanuel — *L'échange inégal*, Paris, Maspéro, 1959, pág. 322.

²² O que não era caso geral na Europa Ocidental. Isto não existia na Holanda, por exemplo.

ção de produtividade do trabalho na produção vegetal: mecanização de todas as operações produtivas, variedades de alta rentabilidade, fertilização que dispensava o uso do estrume, simplificação do sistema de rotação, eliminação de grande parte das culturas forrageiras, herbicidas, etc.

Muito rapidamente, as grandes explorações liquidaram seus rebanhos para se dedicarem à cultura dos cereais, do milho, da beterraba açucareira e legumes de campo aberto (ver nota da tradutora).

Desde então elas seguiram um movimento de especialização e intensificação²³ cada vez mais desenvolvido, favorecido pelos preços elevados dos quais se beneficiaram ao longo do referido período, pelo fato do apoio público e muito mais ainda, depois do estabelecimento de preços agrícolas comuns que lhes asseguraram lucros exorbitantes.

A natureza da mão-de-obra que elas empregam mudou profundamente: em lugar de indivíduos miseráveis e dos bandos de emigrantes sub-remunerados de antigamente, empregam um pequeno número de trabalhadores relativamente mais qualificados, operando as máquinas por meio das quais se obtém um trabalho de alto nível de produtividade e intensidade.

Quanto ao capital produtivo, tem um peso relativamente mais fraco, devido à grande simplicidade do progresso de produção: ele não compreende senão as máquinas, os adubos, produtos para manutenção e sementes. Não há, por

assim dizer, nenhuma imobilização, o que compensa o inconveniente da duração do período de rotatividade do capital.

A fraqueza do capital constante necessário, a grande produtividade do trabalho e a manutenção dos preços se conjugam para assegurar a estas explorações taxas de lucros elevadas²⁴.

Eis aí então, brevemente esboçados, os traços principais das grandes explorações agrícolas atuais, nas quais, como veremos mais adiante, muitos vêem as prefigurações das explorações capitalistas e industriais que assegurarão no futuro o conjunto da produção agrícola.

No entanto, a determinação da verdadeira natureza dessas explorações parece colocar problemas delicados.

Em primeiro lugar, considera-se precipitado admitir²⁵ que as aquisições técnicas dos últimos anos constituíram uma "industrialização".

Já constatamos que os diversos processos de trabalho agrícola prestavam-se muito pouco à manufatura. Apesar da aplicação, cada vez mais desenvolvida, da ciência às técnicas agrônômicas, os processos de trabalho em matérias de produção vegetal, sem falar na criação, conservam estas características que os tornam ainda mais impróprios para tomar a forma industrial do que a forma manufatureira: as diversas operações da produção não podem se realizar simultaneamente, pois estão submetidas ao ritmo biológico da vege-

Nota da tradutora: Legumes que dispensam estufa.

²³ Nos últimos anos, nota-se que a intensificação foi deliberadamente diminuída, os lucros considerados suficientes e toda produção suplementar arriscada a romper o "equilíbrio" do sistema.

²⁴ Ver P. VINAY (G.) *Le développement du capitalisme dans l'agriculture française: l'exemple du Soissonais*, tese 3.º ciclo, Faculté des Lettres et Sciences Humaines, Université de Paris I, maio 1971.

²⁵ Como fizemos na primeira versão do presente texto.

tação²⁶. Sua execução torna-se delicada e exige ainda um conhecimento prático de grande parte da mão-de-obra. Assim, as possibilidades de divisão do trabalho e de cooperação complexa tornam-se muito tênues.

Por outro lado, convém examinar sua característica como explorações capitalistas. Deste ponto de vista, elas igualmente apresentam problemas. De um lado, é fato que elas conseguem taxas de lucro pelo menos iguais e, freqüentemente, muito superiores às taxas de lucro médio: seu capital valoriza. Mas, por outro lado, é difícil atribuir estas taxas de lucros elevadas à abundância da mais-valia relativa, sobretudo porque muitos dentre esses pequenos "capitalistas", conseguem valorizar seu capital fazendo, eles próprios, o trabalho produtivo e praticamente sem recorrer ao trabalho assalariado. Pode-se, então, admitir que os lucros assim conseguidos têm sua origem, em boa parte, nos preços elevados que os poderes públicos asseguram para seus produtos nessa categoria de exploração.

Assim, o lucro destas explorações proviria de uma transferência institucional de mais-valia social, com que elas seriam gratificadas, por razões amplamente políticas, que remontam a uma época histórica já longínqua. Longe de constituir uma prefiguração da produção agrícola capitalista, elas constitui-

riam sempre na nossa época, vestígios preservados de um antigo estágio da evolução do capitalismo na França²⁷.

Qualquer que seja sua natureza, indústria ou, melhor dizendo, manufatura ligeiramente diferenciada, porém fortemente mecanizada, as grandes explorações têm rebaixado amplamente o valor das produções vegetais e as excluíram, simultaneamente, em parte, do campo de ação das pequenas explorações, pelo menos no que se refere às produções vegetais destinadas às vendas²⁸.

Mas, em compensação, as pequenas explorações vêem voltar a elas a exclusividade do conjunto de produções animais. Assim se fundamenta a coexistência da pequena e da grande exploração. Como indicava Kautsky, ela repousa bem sobre o fato de que as duas se "sustentam mutuamente". Mas não é, como ele pensava, porque a grande explora o trabalho da pequena. É porque, na verdade, são dois elementos complementares da divisão social do trabalho.

Esta divisão de tarefas apareceu menos claramente e mais tardiamente na França do que nos outros países da Europa Ocidental²⁹ onde o processo havia terminado desde o começo do século.

Como havíamos dito anteriormente, em alguns países (Holanda, Dinamarca) o processo terminou

²⁶ O conjunto do equipamento mecânico de exploração não pode pois, constituir um "sistema de máquina".

²⁷ Nós, neste ponto, estamos de acordo com as conclusões de G. P. — Vinay — *op. cit.* pág. 268.

²⁸ Cf. Altmann (C.) — *Structure de la production céréalière en France*, Paris, Institut national de la recherche agronomique. Station centrale d'économie et sociologie rurales, 1970. Ainda não se deveria superestimar esta evolução. Ainda é possível para as pequenas e médias explorações, produzir cereais em boas condições, se estas recorrem à empresa ou à CUMA para aquisição das máquinas mais caras. A média exploração, sobretudo, tem sempre interesse em produzir cereais, mesmo se ela não pode viver dessa produção. Elas vêm completar, de modo lucrativo e com um mínimo aumento de trabalho, uma combinação produtiva organizada geralmente em torno de uma ou mais criações intensivas. É preciso notar que os cereais assim produzidos só raramente são consumidos na exploração. São mais freqüentemente vendidos em troca de alimentos compostos.

²⁹ Nós tentamos relatar este atraso, mas com um sistema conceitual insuficiente em nossa obra — *Une France sans paysans*, *op. cit.*

com o desaparecimento das explorações capitalistas nacionais e a divisão das tarefas fez-se em escala inter-continental³⁰. Na França, os produtores capitalistas formavam um grupo poderoso de pressão política que soube utilizar para seus próprios fins a multidão de pequenos produtores, em nome dos “interesses comuns de todos os agricultores”. Na verdade, os interesses dos pequenos e dos grandes produtores, mesmo não sendo comuns, ao menos não eram antagônicos, e era relativamente fácil conceber uma política capaz de manejá-los, ainda que ela favorecesse os interesses dos grandes produtores.

4 — CAMPESINATO PARCELAR E PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL

As considerações precedentes indicam que a pequena produção mercantil é “sustentada” pelo modo de produção capitalista e que a história de sua evolução, assim como os seus fins, só dependem das necessidades do desenvolvimento deste último.

Como vimos, Kautsky pensava assistir desde 1898 a um processo de enfraquecimento da pequena produção mercantil, lentamente exaurida pela renda fundiária e pelas extorsões do capital usurário (organismo financiador, fornecedor e intermediário) e totalmente subjugada pelas indústrias agrícolas e alimentícias.

Ora, as pequenas explorações sobreviveram por quase um século.

Convém examinar como elas se adaptaram às exigências do capitalismo e determinar em que o modo de produção que elas representam foi afetado.

Define-se, classicamente, a pequena produção mercantil através de dois pressupostos principais:

- o trabalhador direto é proprietário de todos os meios de produção. O processo de produção é organizado por ele, em função de si próprio e da sua “atividade”. O produto de seu trabalho pertence-lhe integralmente;
- o objetivo da produção não é a valorização do capital e a obtenção de lucro, mas sim, a subsistência do trabalhador e de sua família e a reprodução dos meios de produção necessários para assegurá-la. Como observa Marx, isto é verdadeiro mesmo se sua “atividade repousa na troca e na criação de valor de troca”³¹. A venda de seus produtos e a compra de seus meios de produção e de subsistência se fazem, em princípio, segundo a fórmula da troca simples. O produtor troca os produtos de seu trabalho por objetos úteis de valor igual. O dinheiro faz, nesta operação, o papel de puro meio de circulação.

Em matéria de agricultura, o primeiro desses pressupostos coloca, naturalmente, o problema da propriedade da terra. De um lado, é claro que a possibilidade de uma apropriação privada da terra é a condição básica para o desenvolvimento da PPM, e tudo leva, então,

³⁰ A importância do comércio internacional somente pode ser mencionada por nós para a elucidação do problema que estudamos. Não podemos tratar com profundidade por falta de luzes suficientes sobre os modos de produção na agricultura de diversos países e sobretudo dos Estados Unidos, assim, como sobre a questão da aplicação da lei do valor dos intercâmbios internacionais.

³¹ MARX, K. — “Formes qui précèdent la production capitaliste” — *Sur les sociétés précapitalistes*, op. cit., pág. 224.

o agricultor a adquirir e tomar posse de sua terra, o meio mais certo de ser proprietário dos frutos de seu trabalho³². Ao mesmo tempo, a propriedade da terra é um dos "males específicos" da pequena agricultura, porque ela esteriliza o capital e deve ser resgatada por cada geração³³. Ainda mais que esta propriedade, sendo uma "condição vital para a maioria dos produtores... o preço do solo aumenta independentemente e, freqüentemente, na razão inversa da taxa de juros, porque a demanda de propriedades fundiárias suplanta a oferta"³⁴.

Esta série de constatações que Marx já fazia, podem ser totalmente verificadas hoje em dia e se revestem de uma importância fundamental. Ainda hoje, pode-se dizer que são os pequenos produtores que, procurando a segurança através da propriedade, determinam o preço da terra. Este preço se impõe aos proprietários fundiários não produtores fazendo de suas terras um capital imobilizado que a renda fundiária não é suficiente para remunerar. E o que mais é importante, o preço impõe-se também, indiretamente, aos capitalistas, tornando quase impossível a concentração das terras em grandes explorações, que é a condição da produção agrícola capitalista de forma tradicional.

Quanto ao segundo pressuposto, sob a forma pela qual foi enunciado anteriormente, não poderia ser realizado, a não ser dentro de uma formação social onde o modo de pequena produção mercantil fun-

cionasse de maneira autônoma. Na verdade, basta que surja o capital, sob sua forma primitiva de capital comercial para que a realização deste segundo pressuposto fique afetada. Desde que o produtor direto não efetue ele mesmo a troca, desde que deve colocá-la nas mãos dum comerciante especializado, este último retira uma parte do valor dos produtos, para valorizar seu próprio capital³⁵.

Pode-se duvidar que o modo de pequena produção mercantil tenha jamais existido de maneira autônoma. Em todo caso, nas sociedades ocidentais, depois da decomposição do feudalismo, a pequena produção mercantil só funcionou em coexistência com o modo de produção capitalista e sob sua dominação. O pequeno produtor sempre cedeu, portanto, ao capital, uma fração do valor da parte da sua produção que devia levar ao mercado, para obter os objetos úteis que ele não produzia.

Vê-se toda a importância desta constatação para o pequeno produtor artesão (tecelão, oleiro, etc.) que estava fadado, pela própria natureza de sua produção, a só produzir para "troca e criação de valor de troca".

Porém, ela podia, *a priori*, parecer de menor conseqüência para o pequeno produtor agrícola, que era aparentemente o mais apto de todos para auto-subsistir e para resistir à influência do modo de produção capitalista. Podia-se, assim, representar a PPM na agricultura como um modo de produção está-

³² *Le Capital*, livro III, tomo 3, *op. cit.*, pág. 186.

³³ *Ibid.*, pág. 186.

³⁴ *Ibid.*, pág. 189. Isto quer dizer que sobre um mercado fundiário onde predominam os pequenos produtores mercantis, o preço da terra se fixa sem nenhuma referência à capitalização de renda fundiária. Isto se verifica ainda hoje em dia. Marx nota neste ponto que "a terra, vendida por parcela, traz um preço bem mais elevado que quando é vendida em grandes glebas porque o número de pequenos compradores é grande e o de grandes compradores é pequeno". Essa observação se aplica igualmente ao mercado fundiário atual.

³⁵ *Le Capital*, livro III, tomo 1, cap. XX, *op. cit.*, pág. 338.

vel, ligeiramente evolutivo, vivendo voltado para si mesmo, tendo contatos muito limitados com o modo de produção capitalista dominante e destinado a desaparecer sob o efeito conjunto da concorrência brutal da produção agrícola capitalista que não poderia deixar de se desenvolver, e do desenvolvimento geral do modo de produção capitalista, que deveria logo tornar impossível o exercício dos dois pressupostos da PPM. Este era, em suma, o conceito de Marx.

Ora, o desenvolvimento histórico não confirmou, de modo algum, este conceito. A coexistência dos dois modos foi ativa, tomando o aspecto de uma divisão de tarefas entre eles. Vamos agora tentar expor o mecanismo dessa coexistência³⁶.

Ao entrar em contato com o modo de produção capitalista (MPC), a PPM encontra-se necessariamente pressionada a se inserir, e mais completamente, nos circuitos de troca.

Este processo começa desde o desenvolvimento do capital comercial que, “em cada modo de produção, favorece a produção de produtos excedentes destinados à troca”, e “dá, conseqüentemente, à produção, um caráter cada vez mais orientado para o valor de troca”³⁷. Na verdade, é para ela, o único modo de se valorizar amplamente. Mas é com a generalização do capitalismo industrial que a coexistência ganha um novo caráter.

A busca da propriedade privada da terra, num sistema em que a terra é tratada como uma mercadoria³⁸, já obrigava o pequeno produtor a dispor de grandes importâncias em dinheiro e, através disso, a produzir de modo importante

para o mercado, seja para o entesourar, seja para pagar os juros dos empréstimos; se ele não tentasse se tornar proprietário, devia ao menos pagar uma renda fundiária ao seu proprietário.

Mas, quando a produção capitalista industrial se generaliza, toda a produção tradicional de bens de produção (ferramentas, máquinas) e de bens de consumo (roupas, utensílios domésticos, etc.) que estava assegurado no contexto doméstico ou pelo artesanato aldeão, é radicalmente destruído. Os bens correspondentes devem, daí em diante, ser comprados com o dinheiro dos produtores e comerciantes capitalistas. Daí provém ainda a necessidade do pequeno agricultor de aumentar sua produção para o mercado, e de acentuar sua inserção na economia monetária.

O pequeno produtor se vê, então, forçado a vender no mercado uma parte crescente de sua produção, ainda que, como temos visto, esta produção comercializada seja vendida necessariamente abaixo do seu valor. Será ele um dia forçado a deixar de produzir? Não necessariamente. Como já havia visto Marx “para que o camponês parceleiro possa cultivar sua terra... não é necessário, como é o caso nas condições normais da produção capitalista, que o preço de mercado suba o suficiente para garantir-lhe o lucro médio, nem muito menos é necessário que exista um excedente, fixado sob forma de renda sobre este lucro médio. Não é, pois, necessário que o preço de mercado atinja o valor ou o preço de produção do produto”. Para ele, “o único limite absoluto é constituído pelo salário que ele se atribui a si pró-

³⁶ Ver a propóstio: Altmann (C.), Granney (J.), Evrad (P.), Viau (C.), *Perspectives d'évolutions des productions bovines*, Paris, INRA, 19.

³⁷ *Le Capital*, livro III, tomo 1, op. cit., pág. 331 sublinhado no texto.

³⁸ Pode-se observar aqui que para alguns, a apropriação privada da terra e a renda “fundiária” são sobrevivências precapitalistas: cf. op. cit. Nisto eles concordam com a escola ricardiana que pensava que o MPC superaria a nacionalização das terras.

prio, feita a dedução de seus gastos propriamente ditos. Enquanto o preço do produto lhe renda este salário, ele cultivará sua terra, chegando freqüentemente a fazê-lo por um salário que não ultrapasse o mínimo vital”³⁹.

Pode-se concluir que, numa agricultura de PPM, os preços são menos elevados que seriam se a produção se fizesse nas condições do capitalismo. Para que isso não se modifique, seria necessário que a produção capitalista estivesse em condições de provocar uma “revolução” no valor, através do emprego de técnicas de produção radicalmente inacessíveis à pequena exploração. Ora, nós verificamos que isto não ocorreu: pelo menos até agora, as principais inovações técnicas eram perfeitamente suscetíveis de se adaptar ao contexto da pequena produção e à “atividade” do pequeno produtor. Somente a produção de cereais conheceu, tomando a forma capitalista na grande exploração tradicional, uma redução notável do valor do produto, mas insuficiente, como vimos, para eliminar deste ramo a pequena produção.

Assim, a produção agrícola onde predomina o modo de PPM opõe uma barreira dupla à penetração da produção capitalista. Primeiro, a propriedade privada da terra: a concorrência acirrada que os pequenos produtores fazem para adquirir a terra faz com que esta atinja um preço de mercado elevado, que constitui uma esterilização do capital, insuportável para o capitalista que a deve comprar e torna o proprietário não produtor muito mal remunerado pela renda fundiária que o capitalista está

disposto a lhe pagar. Em seguida, coloca-se o nível do preço do mercado que não pode assegurar o lucro médio a um produtor capitalista, ainda que esta disponha de uma produtividade do trabalho superior àquela do pequeno produtor.

Mas esta argumentação nos coloca o problema de saber quais são as forças que condicionaram o agricultor de PPM a evoluir e fizeram desse modo aparentemente estável e baseado na auto-suficiência do produtor livre, um modo extremamente evolutivo e grande produtor de mercadorias. Com efeito, segundo o que acabamos de expor, não podemos mais aceitar a explicação tradicional que atribui precisamente esta evolução à concorrência da pequena produção agrícola capitalista.

5 — PEQUENA PRODUÇÃO MERCANTIL E MODO DE PRODUÇÃO CAPITALISTA

Para nós, é o exercício mesmo de seus próprios pressupostos no interior de uma formação social totalmente organizada pelo capitalismo industrial que levou a PPM agrícola a uma evolução rápida e profunda, tendo sobre ela dois efeitos:

— um efeito direto — vimos que sob a dominação do capitalismo, a simples subsistência do pequeno produtor e de sua família, e sobretudo a reprodução de seus meios de produção obrigam-no a dispor de somas de dinheiro

³⁹ *Le Capital*, livro III, tomo 3, *op. cit.*, pág. 184. Está claro que Marx não emprega aqui a palavra “salário” na acepção rigorosa que ele dá normalmente em outros lugares: o preço pago pelo capitalista ao trabalhador livre pela compra de sua força de trabalho. Ver também Altmann (C.) em outros, *op. cit.*, pág. 45.

cada vez maiores⁴⁰. Ele só pode conseguir-las vendendo os produtos de seu trabalho no mercado. E, evidentemente lhe é tanto mais difícil reunir a quantia mínima necessária quanto mais os preços de mercado que lhes são impostos, são estabelecidos necessariamente a um nível inferior ao valor dos seus produtos. Ele é, portanto obrigado, devido a um preço de mercado dado, a produzir e a vender a maior quantidade possível de produtos. Quanto mais baixo for o preço, mais produtos ele deverá vender para completar a soma de dinheiro que lhe é necessária. Ou seja, ele tem uma curva de oferta "atípica" (sic) invertida⁴¹.

Isso o obriga a extrair a maior quantidade de produtos de sua exploração, através da intensificação, diversificação da produção e da maior intensificação de seu trabalho e dos membros de sua família;

— um efeito a longo prazo — como o preço de mercado para um produto determinado é inferior ao valor médio do produto, nas condições médias de sua produção, cada produtor, considerado individualmente, tem interesse em reduzir ao máximo possível a quantidade de trabalho que incorpora ao seu próprio produto, quer dizer, dar a seu próprio

trabalho uma produtividade superior à média.

Ele deverá, por essa razão, procurar incessantemente novas técnicas para desenvolver e aperfeiçoar seus meios de produção.

No século passado, o pequeno produtor tentava conseguir isto, esforçando-se para resistir ao mesmo tempo às usurpações do capital e reduzir tanto quanto possível suas necessidades de moeda. Este esforço o obrigava a levar à sua exploração um conjunto muito diversificado de atividades complementares, algumas delas fornecendo às outras seus meios de produção⁴². Ele podia assim levar ao mercado uma grande quantidade de produto sem precisar comprar muitos meios de produção. Assim, desenvolveu-se esta "exploração familiar intensiva", esta "exploração de policultura-criação" de que fala a economia rural tradicional.

Mas esta "intensificação autônoma" devia encontrar rapidamente seus próprios limites. Os meios de produção produzidos na exploração não permitiam aumentar indefinidamente a produtividade do trabalho.

Esta não pode ser feita a não ser pela adoção de métodos de produção científica e pelo recurso, cada vez maior, a meios de produção de origem industrial que não podem mais ser financiados, a não ser pe-

⁴⁰ Notemos, aliás, que a soma considerada necessária para a subsistência da família não é calculada sem referência ao valor da força de trabalho dos assalariados dos setores capitalistas ou ao "padrão de vida" da pequena burguesia urbana, e segue em seu crescimento, mesmo com atraso. Esta constatação é importante. Da busca de uma valorização dos produtos de seu trabalho para a subsistência da sua família, o pequeno produtor passa facilmente para a busca de uma remuneração de seu trabalho, num nível de "rendimento"; essa passagem, aliás, é favorecida pela generalização da forma de salário no conjunto da sociedade. Nós veremos mais adiante que o modo de produção capitalista poderá facilmente utilizá-la para a reestruturação da agricultura.

⁴¹ Sucede que o nível dos preços não tem efeito direto e unívoco sobre a natureza e o volume da produção. Isto explica o insucesso das políticas de reorientação das produções e reabsorção dos excedentes que se baseiam sobre uma manipulação de preços. O aparecimento de excedentes crônicos de certos produtos agrícolas não é devido aos preços muito elevados, mas sim à característica dos pequenos produtores mercantis que os produzem.

⁴² Por exemplo: culturas forrageiras servindo em parte para alimentar as vacas e os porcos, em parte para alimentar animais de tração, que, além do trabalho de cultivo, ainda fornecerão uma parte do esterco que fertilizará as culturas forrageiras e de viveres, etc.

lo crédito. Por outro lado, esses métodos e esses meios de produção só podem ser aplicados eficazmente se o produtor dispõe duma superfície mínima de terra. Portanto, ele deverá procurar sempre aumentar sua exploração pela locação ou pela compra de terras novas.

Desde que uma grande parte dos produtores adota este tipo de comportamento, esse processo adquire necessariamente, para cada um deles, um caráter cumulativo. Cada aumento suplementar de produtividade só é alcançado pela operação de uma quantidade crescente de meios de produção.

Disto resulta duas conseqüências para o pequeno produtor ⁴³:

- não podendo adquirir todos os equipamentos necessários para praticar o conjunto de atividades tradicionais da exploração de policultura-criação, ele é então obrigado a se especializar;
- cada produtor deve ser capaz de realizar uma reprodução ampliada de seus meios de produção. Mas isto não faz dele um capitalista, já que ele não pode rentabilizar este capital produtivo à taxa de lucro médio e que lhe basta para continuar a produzir poder ganhar com que amortizá-lo, além de seus gastos de produção e de subsistência.

Isto leva, ao nível do setor agrícola, a alguns efeitos muitos importantes:

- a procura constante de técnicas novas, sua adoção rápida pelo conjunto de pequenos produtores aumenta continuamente a

produtividade de seu trabalho e provoca uma baixa contínua do valor dos produtos agrícolas;

- o aumento generalizado da produtividade e da intensidade do trabalho torna possível e necessária uma diminuição da população ativa na agricultura. Esta diminuição operou-se e se opera sempre, seja através do desaparecimento da classe assalariada ⁴⁴ nas pequenas explorações, seja através do desaparecimento das explorações menores que são incapazes de se adaptar às exigências da evolução do modo de PPM ⁴⁵.

A agricultura de PPM, pelo seu próprio funcionamento, fornece então ao MPC um fluxo contínuo de novos trabalhadores livres, sem que este precise destruí-la.

A necessidade contínua dos pequenos produtores de aumentarem sua exploração exerce uma pressão permanente em relação ao aumento do preço das terras. Esta tendência está na origem entre os não-agricultores de comportamentos contraditórios. Os que dispõem de quantias a “aplicar” ficam tentados a comprar terra para aproveitar, a longo prazo, sua mais-valia. Inversamente, os proprietários fundiários não produtores constataam que seu capital imobilizado na terra é muito mal remunerado pela renda fundiária e ficam sempre inclinados a vender para realizar a mais-valia de sua terra e aplicar seu capital nos ramos de negócios mais dinâmicos e mais rendosos ⁴⁶. Em suma, a propriedade fundiária não se concentra mais nas mãos de proprietários não produtores.

⁴³ Ver ALTMANN, C. *et alii*, *op. cit.*, p. 42-43.

⁴⁴ Assim como de uma parte da mão-de-obra familiar não assalariada.

⁴⁵ Certos produtores, em vez de desistirem, fecham-se na auto-subsistência e adotam métodos de produção e modos de consumo que só necessitam poucos recursos monetários. Eles constituem o que hoje chamamos de “terceira agricultura”.

⁴⁶ Na França, durante o século XIX, houve ondas de liquidação das fortunas fundiárias, herdadas do antigo regime. O proprietário vendia suas “fazendas” aos arrendatários que ali estavam.

Na coexistência com o MPC, o nível em que se fixam os preços de compra de suas provisões e de venda de seus produtores adquire uma importância vital para o pequeno produtor. Compreende-se desde logo que os pequenos produtores tenham procurado muito cedo “moralizar os mercados”, isto é, reduzir os adiantamentos de valor operados às suas expensas pelos diferentes capitais, comerciais, industriais e financeiros. Eles conseguiram isso de certo modo pela cooperação, pelo crédito mútuo. Mas é preciso admitir que a cooperação não teria tido sucesso sem a proteção e também sem o auxílio ativo do Estado. Isto é particularmente claro com relação ao Crédito mútuo, que recebeu uma doação de capital e funciona sob a tutela direta da Caixa Nacional de Crédito Agrícola, que é um estabelecimento público. Por outro lado, todas as formas de cooperação tiveram bastante vantagens (estatuto jurídico privilegiado, isenções fiscais, bonificações, etc.), que levam todos ao mesmo objetivo: evitar que os capitais envolvidos nessas empresas se valorizem em detrimento dos pequenos produtores ligados a elas, e protegê-los contra a concorrência de outros capitais.

O papel do Estado aparece então como essencial na coexistência dos dois modos de produção. Determinando em grande parte o valor da força de trabalho, o preço dos produtos alimentícios é realmente um “problema de Estado”. Se é verdade que uma agricultura de PPM fornece esses produtos ao preço mais baixo possível, é natural que o Estado organize e decida sua coexistência com o MPC no próprio interesse deste. Ele cuidará, permanentemente para que os adianta-

mentos de valor operados às expensas da PPM não vão até ao ponto de suprimir a renda mínima necessária aos pequenos produtores e de desencorajar a produção. Os preços pagos aos produtores, sendo os principais determinantes da remuneração de seu trabalho, é lógico que o apoio e a regularização destes preços tenham sido, até hoje, o elemento principal de toda política agrícola nos países da Europa Ocidental. Justifica-se assim que eles tenham sido o tema central das reivindicações das organizações profissionais agrícolas que esperavam, muito legitimamente, mais equidade nas trocas entre os agricultores e o MPC.

É verdade que na França esta arbitragem funcionou de modo bem menos harmonioso e eficaz que nos países vizinhos. De um lado, porque a política de preços foi alterada pelo fato de que, em matéria de produtos vegetais, ela aplicava-se ao mesmo tempo à pequena exploração de PPM e à grande exploração, que também pedia proteção. De outro lado, porque os poderes públicos não souberam jamais organizar firme e racionalmente as relações da produção agrícola com o comércio e indústria agrícolas e alimentares. Ao se tolerar, nestes ramos, o parasitismo de inúmeras pequenas empresas, deixou-se aumentar da mesma forma o preço dos produtos alimentícios para o consumo e perdeu-se uma parte das vantagens deste sistema.

Em suma, na formação social francesa e em todas as formações sociais do mesmo tipo, é o Estado que é encarregado de assegurar o funcionamento harmonioso e a reprodução da coexistência entre os dois modos de produção.